**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A
PRÁTICA DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

REQUERIMENTO Nº DE 2015

(Do Sr. Juscelino Filho)

Requer a realização de audiência pública para discutir a privacidade, intimidade, inviolabilidade, exclusividade, propriedade individual e particular dos dados pessoais e sobre o direito de esquecimento.

Senhora Presidenta,

Requeiro nos termos do artigo 36, II do Regimento Interno e em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir a privacidade, intimidade, inviolabilidade, exclusividade, propriedade individual e particular dos dados, informações e conhecimento daí derivado de cada pessoa, nos termos do Artigo 5 da Constituição Federal, assim como do direito automático de esquecimento e da correspondente obrigação de retirada, apagamento e/ou suspensão da disponibilização, divulgação ou qualquer outra forma de publicação por parte dos provedores, administradores, gestores de sistemas, acervos, bancos de dados ou repositórios semelhantes.

Para tal, sugiro que sejam convidados (as):

- 1) Sra. Carol Conway, Diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abranet);
- 2) Sr. Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Representante Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Comitê Gestor da Internet (CGI);
- 3) Sr. Luiz Claudio Silva Allemand, presidente da Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação e da Comissão Especial de Transparência e Acesso à Informação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- 4) Sr. Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O uso da internet já não é mais uma novidade em nosso cotidiano, simultaneamente com o benefício desse serviço surgiram os crimes virtuais, porém, o ordenamento jurídico pátrio não acompanhou a velocidade de crescimento do uso desta importante tecnologia. Hoje, não existe legislação para punir os diversos tipos de crimes praticados e os que os cometem, acabam se aperfeiçoando mais. O resultado desta disparidade é verificado no número de casos de pessoas lesadas e de indivíduos responsabilizados por estes crimes.

Os crimes virtuais utilizam a mesma metodologia de crimes utilizados e já conhecidos. A técnica empregada se difere um pouco dos delitos presentes em nosso ordenamento jurídico penal, mas o fim que se pretende é o mesmo da conduta já tipificada.

A intenção do criminoso pode ser de ludibriar uma pessoa para obter uma vantagem financeira ou pessoal, enganar suas vítimas ou mesmo furtar informações particulares com o intuito de utilizá-las em proveito próprio.

Sala da Comissão, de de 2015.

Deputado JUSCELINO FILHO